

Aparecido prefere manter silêncio

«Desconheço a totalidade do projeto e por isso não vou falar sem antes me inteirar sobre o assunto», disse ontem o governador José Aparecido ao ser questionado a respeito da aprovação da matéria que estabelece autonomia política e administrativa para o Distrito Federal pela Comissão de Organização do Estado. Além disso, ele afirma que prefere dar declarações sobre o tema após o projeto ir ao plenário da Constituinte.

A comissão estabelece autonomia política, legislativa, administrativa e financeira a Brasília, e delibera por um governador distrital, eleito juntamente com o presidente da República para um mandato igual ao deste. Além disso, determina a criação de uma Câmara Legislativa, com vagas

para três vezes o número de deputados federais, que são hoje em número de oito.

Em seu discurso de posse, no dia 9 de maio de 85, o governador defendeu autonomia política para o Distrito Federal, a exemplo do que fazia o presidente José Sarney. Apesar de continuar defendendo a tese, o governador José Aparecido tem falado pouco sobre a questão ultimamente, já que as vozes do Palácio do Planalto também se calaram.

Ontem à noite, após assinar a autorização de aumento das tarifas de água e esgoto de Brasília e receber em seu gabinete empresários dos transportes coletivos, o governador José Aparecido foi para a sua residência oficial, na Granja de Águas Claras para um

jantar com os convidados Ulysses Guimarães, os ministros Rafael de Almeida Magalhães e Roberto Simon. Assunto do jantar foi o plano Bresser, lançado algumas horas antes em cadeia de rádio e televisão. Segundo o governador «Ulysses estava preocupado, mas otimista».

Para José Aparecido, a medida tomada pelo Palácio do Planalto é de «histórica responsabilidade e de imediata repercussão na atualidade brasileira». Ao seu ver, «do jeito que estava não poderia ficar». Por fim disse que dentro das medias anunciadas houve a «grata decisão do governo eliminar o subsidio do trigo, que vai ter uma repercussão em favor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM) em Brasília.